

11/12/2018 14:09 - Em 24 horas, 78 supostas vítimas de João de Deus procuram MP de Goiás



Apenas 24 horas após anunciar, por meio da imprensa, a criação de um endereço eletrônico para receber denúncias de supostas vítimas de crimes sexuais atribuídos ao médium João de Deus, o Ministério Público de Goiás (MP-GO) já foi contactado por 78 mulheres.

O e-mail denuncias@mpgo.mp.br foi uma das medidas anunciadas ontem (10), pelos promotores que integram a força-tarefa criada pelo MP estadual para apurar as acusações que não param de surgir desde que os primeiros casos vieram a público em um programa de televisão, exibido na sexta-feira (7). A força-tarefa é composta por cinco promotores – que atuarão em conjunto com os coordenadores dos Centros de Apoio Operacional Criminal de outras unidades da federação e dois psicólogos

As mulheres que buscaram orientação até as 11h de hoje se identificaram como sendo de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Após a análise preliminar das informações fornecidas, elas poderão ser convidadas a prestar depoimento a promotores dos estados em que residem.

Além do e-mail, as possíveis vítimas podem procurar o MPMGO por telefone (62-3243-8051 e 8052) ou presencialmente.

Sistematização de denúncias

Ontem, o coordenador do Centro de Apoio Operacional (CAO) Criminal do Ministério Público, Luciano Miranda Meireles, afirmou que depoimentos deveriam começar a ser tomados em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, além de Goiás, na medida em que denúncias começassem a surgir.

“Cada estado está recebendo ligações e e-mails de vítimas, mas isso ainda não está sistematizado. Precisamos que as vítimas procurem o MP para prestar depoimento. Só quando tivermos esses depoimentos em mãos poderemos falar em números. Até então, temos ligações, e-mails, mas não o que precisamos, que é [o fato] concreto”, disse Meireles, nesta segunda-feira (11). Na ocasião, os promotores criminais goianos ainda não haviam recebido novas denúncias formais.

Segundo Meireles, no entanto, denúncias anteriores contra João de Deus já haviam sido apuradas. Segundo o coordenador do CAO, na ocasião, o MP requisitou à Polícia Civil a instauração de um inquérito policial. “Isso é a praxe. Não temos condição de investigar todas as situações. E, no caso, uma requisição do MP equivale a uma ordem”, acrescentou o promotor, revelando que, hoje à tarde, os membros da força-tarefa se reunirão com o delegado-geral André Fernandes para saber como andam as investigações dos casos anteriores.

Fonte: Alex Rodrigues – Alexânia (GO)